

**MEMÓRIA DE REUNIÃO**

<b>Data / Horário</b>	18/11/2011 – 9h	
<b>Local</b>	Centro Comunitário – Vila Nova de Teotônio	
<b>Pauta</b>	Atividade Pesqueira	
<b>Participantes</b>	Ivan Silveira	SAE
	Rodrigo Pellegrini	
	Felipe Azevedo	
	Flávia Sousa Lima	MULTIPLIK
	Elba Teixeira Cunha	
	Roberian Guedes Almeida	CPPT Cuniã
<b>PÚBLICO PRESENTE</b>	50 pessoas (aproximadamente)	

**I. DESENVOLVIMENTO**

O morador Mário Marcelo abriu a reunião, informando a pauta apresentada pela SAE, argumentando que, quando se fala em reservatório, se fala também na sobrevivência do pescador. Acrescenta que entende que a empresa está ali para apresentar a solução para o problema criado por ela. Nesse momento, solicita ao Coordenador Fundiário da SAE, Ivan Silveira, que pontue exatamente o tema que será abordado. Ivan Silveira responde que o encontro abordará questões sobre a formação do reservatório e que o assunto principal será a atividade pesqueira. Relembrou que na última reunião realizada com reassentados, inclusive com a presença do MAB (08/11), a Santo Antônio Energia havia sinalizado que em Teotônio, por suas características próprias, a questão da pesca seria tratada agora.

O morador Mário Marcelo retomou a palavra, afirmando que a Santo Antônio Energia é conhecedora dos problemas e que, nessa última reunião (08/11), foi dito sobre a apresentação de projeto sobre a atividade pesqueira para o IBAMA. Completa dizendo que Teotônio não tem atividade de renda no momento, “porque a pesca não está mais em atividade”. Acrescenta que como a comunidade não conseguiu provar que produziu pescado, por não ter produzido pescado, “muitos estão quase impossibilitados de fazerem o seguro-defeso”. Fala que esse é outro assunto que a empresa deve resolver junto aos órgãos competentes, pois o pescador “não pode ser penalizado pelas ações da empresa”. Acrescenta que a própria comunidade também irá se manifestar sobre outras pendências que “a empresa sabe que deve fazer”. Acrescenta que há famílias na comunidade que não têm como pagar a conta de energia, pois mal têm renda para comer.

A moradora Rosângela Vaca de Andrade, esposa de Aldo Gonçalves de Andrade, que recebeu indenização, alegou que “o morador não foi indenizado”. Acrescentou que moravam em uma casa menor, mas que lá não eram “humilhados”, pedindo cestas básicas ou auxílio financeiro. “A empresa diz que usamos o dinheiro com ventilador e ar condicionado”. Acrescenta que no local de origem, eles tinham ventilador e televisão e agora não devem ser criticados por isso. Conclui, afirmando que os moradores “não têm peixe nem para comer”.

Outra moradora toma a palavra comentando que recebe visitas em sua casa solicitando que os moradores comprovem que tem peixe, mas que não se pode comprovar isso, pois não há peixe “nem para comer”. Comenta que no escritório não são bem tratados, mas que lá na vila ficam todos “humildes, tirando fotos”. Acrescenta que não permite que tirem fotos em sua casa, pois a Santo Antônio Energia não deve “fazer mídia” das “coisas erradas” que faz.

A sra. Maria Gima fez reclamações com relação à qualidade da água, que, segunda ela, não é boa. Também fez comentários sobre a rapidez com que cursos são oferecidos, e que o solo da área do quintal agro-ecológico não apresenta fertilidade. O vice-presidente da associação local, o sr. Mário Marcelo, mais uma vez usou o direito de voz dizendo que o ponto crítico da comunidade é a falta de renda e a falta do peixe. Uma moradora questionou que os moradores que optaram pela Declaração de Crédito foram obrigados pela empresa a comprarem imóveis na cidade e que, na sua maioria, os imóveis eram muito caros. Nesse momento, o Coordenador Fundiário da SEA fez uma intervenção mostrando que a reunião está sendo conduzida

por membros da diretoria da associação local e deve-se alinhar o que será discutido em busca de soluções. “A empresa passou por alguns ajustes; pendências serão analisadas, mas que precisamos focar no assunto principal que é justamente a atividade pesqueira”.

Pedro Damasceno, morador da comunidade e membro da diretoria da associação local disse que entende a intervenção do Coordenador Fundiário da SAE, mas também entende que o morador está em situação crítica, já que fora prometido melhorias e, no ponto de vista da comunidade, “nada disso aconteceu”. “Ficamos sem opção, não fomos indenizados de maneira justa. Alguns de nossos moradores que tinham terra ganharam outro lote, casa e ainda receberam auxílio de reorganização produtiva. Entendo que esses sim foram beneficiados na negociação e, quanto aos pescadores da localidade, o que foi feito até a presente data? Há necessidade de sabermos da empresa se há peixe ou não e, em caso negativo, precisa-se com urgência de alternativas. Nosso acesso aumentou em 10 km. Por que os reassentados de outras localidades foram beneficiados e os da Cachoeira não? A nossa comunidade é formada quase em sua totalidade de pescadores. Muitos saíram para trabalhos temporários e, quando do retorno, o que será feito pela empresa?” O sr. Pedro deixa bem claro que não concorda com o processo de negociação e, terminando sua fala, questiona que “a comunidade que contribuiu para o “desenvolvimento” do país ganhou o que em troca?”.

O Sr. Caleno Cavalcante (morador de um flutuante no Igarapé Teotônio) também discorda da maneira como se deu a negociação. No seu ponto de vista, “o imóvel ocupado pelos moradores atualmente, quando da negociação, deveria ter sido a moradia da origem pela atual e o valor da Declaração de Crédito ter sido a indenização”. O vice-presidente da associação local retomou a palavra e abriu espaço para o sr. Ivan Silveira se pronunciar quanto à pauta da reunião, já que ouviu vários moradores.

O coordenador Ivan Silveira retomou a palavra: “Respeito os questionamentos de todos, mas o que já foi feito, foi feito. O que está dentro do processo foi, está e será cumprido. Porém, a comunidade deve construir meio de reivindicar aquilo que entende que não foi atendido dentro do processo de negociação. Com relação às opções de negociações estabelecidas pela SAE, discutidas e executadas não iremos discutir. As questões que já foram decididas já foram decididas, mas nada impede que o morador que se sinta prejudicado diante daquilo

que ele mesmo aceitou procure meios para questionamento. A Santo Antônio Energia segue condicionantes e critérios exigidos pelo órgão licenciador e fiscalizador que é o IBAMA. Quando se fala que o morador recebeu R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais), que foi a Declaração de Crédito (uma das opções de negociação) e foi obrigado a comprar um imóvel, sim, foi obrigado já que se seguiu exigência do IBAMA. Seria muito mais fácil para a SAE ou qualquer outra empresa fazer negociações em dinheiro, só que no entendimento do órgão fiscalizador a indenização em dinheiro traria prejuízos as famílias. Assim, campanhas foram feitas para a aceitação de reassentamentos e, mais uma vez, quanto à Declaração de Crédito fora exigido mesmo a compra de um imóvel como condição para receber o dinheiro”.

A moradora Francieleide Rodrigues Guedes questionou por que a empresa, já sabendo do impacto com relação à pesca, construiu o reassentamento nesse local. O coordenador Ivan Silveira informa que a área foi decidida em discussões entre a SAE e moradores e que ficaria próximo da origem. Já entrando no assunto esperado por todos falou: “Sabemos que ocorreram alterações na atividade pesqueira, e o Ibama acompanha todo o monitoramento. Entendemos, também, que a pesca foi afetada já há algum tempo, por isso estamos aqui para apresentarmos propostas de trabalho. A Santo Antônio Energia, antes da Licença de Operação, apresentou ao órgão fiscalizador IBAMA um Plano de Trabalho de Apoio à Atividade Pesqueira, cuja finalidade é a execução de ações imediatas nas seguintes localidades: Cachoeira de Teotônio, Jacy-Paraná, Novo Engenho Velho e São Sebastião, por entender que essas comunidades foram atingidas com a subida das águas. O Plano estabelece o que será feito e o tempo. A Cachoeira de Teotônio será a primeira comunidade dentre as quatro que serão beneficiadas com a ação. Um especialista virá a comunidade para analisar a alteração da pesca e indicar soluções”. Ivan solicita que seja indicada pela comunidade uma comissão para participar dos trabalhos. Acrescenta que também será discutida uma forma de “compensação” até a retomada da pesca, ficando claro que já há um monitoramento para se chegar ao valor e tempo da compensação. “O monitoramento também tem observado, em conversas com alguns moradores, que o tanque escavado surge como opção real”.

Ivan pede uma agenda para a próxima semana com a finalidade de iniciar os trabalhos voltados para a ação imediata da Atividade Pesqueira.

Uma moradora do ramal do Betel, conhecida como “Loira”, esposa do sr. Leonardo, que recebeu tratamento, se mostra indignada com a falta de apoio aos

moradores da localidade, pois, segundo ela, vários moradores da localidade são pescadores e não tiveram tratamento. “Quanto à proposta ora apresentada de tanque escavado, vê-se que não é tão simples”, acrescenta. O coordenador Ivan Silveira responde que ninguém está afirmando que a mudança será imediata. “Dentro do que está sendo apresentado e diante da viabilidade, os pescadores serão capacitados com cursos necessários para a atividade que está sendo planejada”.

O morador Pedro da Silva Damasceno, após ouvir o posicionamento do Sr. Ivan Silveira quanto à formação de uma comissão para iniciar as discussões com os órgãos que fazem parte da ação, falou: “As conversas têm que ser realizadas na comunidade, recebendo o apoio dos presentes”. O sr. Ivan Silveira responde que: “Para o momento, entendo que um grupo é suficiente para dar início às discussões sobre o projeto, porém, nas discussões de quando e como o projeto será executado, a comunidade estará presente, pois é a interessada”.

O representante do MAB iniciou sua participação, mostrando que não se mantém o bom humor quando acontece insatisfação na localidade. Com apoio de alguns presentes, direciona a palavra ao Sr. Ivan Silveira: “A compensação não deve ser tratada de maneira específica e sim dos atingidos. Realmente, a compensação não é a principal medida, mas tem que ser emergencial. Com relação à pesca, os moradores ainda estão debatendo com o MAB e, dentro das opções apresentadas pela SAE quanto à tanque rede ou escavado, as mesmas devem ser tratadas como atividades alternativas de renda sendo que a pesca artesanal tem que continuar. A SAE não considerou a vida na origem quando das negociações, e que o passado é inquestionável já que as propostas de negociações foram discutidas e decididas. Já quanto à comissão que a SAE pede que seja formada para se dar início às discussões da Ação Imediata, propõe-se que a empresa apresente uma proposta coletiva para a comunidade que decidirá a pauta a ser negociada”.

O Sr. Ivan Silveira voltou a explicar sobre a proposta da comissão: “A SAE não está excluindo moradores quanto à formação da comissão e sim agilizando o processo. Haverá a participação de todos. Isso é proposta para se discutir e agir. Essa reunião foi convocada pela SAE, já que há uma exigência do IBAMA para apresentação de um Plano Imediato nas comunidades atingidas no setor pesqueiro e é isso que está sendo feito nesse momento. Eu, particularmente, fui indicado pela empresa para apresentar o Projeto de Ação e Execução Imediata da Atividade

Pesqueira nas comunidades atingidas como já foi dito, e a Cachoeira de Teotônio será a primeira para discussões e ações com os órgãos competentes e comunidade”.

Mais uma vez o morador Pedro Damasceno se posicionou contrário à formação de comissão: “Reuniões com grupos de trabalhos serão realizadas na comunidade”.

A moradora Ivonete Ferreira da Silva também se manifestou contrária à formação de comissão.

O Sr. Ivan Silveira voltou a se posicionar pedindo data para a reunião inicial voltada para atividade pesqueira. Ficou decidido que a reunião será realizada no próximo dia 24/11/2011, com início às 9h, cuja pauta será: Atividade Pesqueira e Compensação.

O morador Pedro Damasceno, tendo em mãos um Informativo da SAE, mostra e afirma aos presentes que a foto da coluna “Para se guardar”, onde consta que a moradora Maria Auxiliadora da Cruz Soares está aproveitando bem a área de cultivo e já comemora a colheita de melancias, é mentirosa, pois o lote não é da mesma. Diante do que fora falado pelo morador, o Coordenador Fundiário respondeu que a responsabilidade das publicações é da empresa. “Temos responsabilidades civil e criminal. Nossas publicações não são mentirosas”.

O presidente da associação local, Sr. Josenias André de Macedo fez colocações voltadas exclusivamente para a comunidade e, logo em seguida, deu-se por encerrada a reunião.

## **II. LISTA DE PRESENÇA**

Os moradores não assinaram a lista de presença, por orientação do MAB.